



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13485 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

A INFLUÊNCIA FILANTRÓPICA E PRIVADA NAS POLÍTICAS CURRICULARES BRASILEIRAS (2017 – 2022): UM OLHAR SOBRE A APRENDIZAGEM

Hellen Gregol Araujo - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: Faperj

A INFLUÊNCIA FILANTRÓPICA E PRIVADA NAS POLÍTICAS CURRICULARES BRASILEIRAS (2017 – 2022): UM OLHAR SOBRE A APRENDIZAGEM

Resumo:

Neste trabalho, destacamos, por meio das redes políticas, a articulação das instituições filantrópicas e privadas na propagação de discursos sobre aprendizagem significativa em relação a política curricular, no período de 2017 a 2022, tempo em que vivemos mudanças curriculares significativas com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular. O aporte teórico-metodológico está inserido na etnografia de redes proposta por Stephen Ball. A análise em redes objetiva identificar as articulações que possibilitam a criação de materiais, documentos, eventos em relação a incorporação do discurso sobre a aprendizagem. Os discursos por estarem sujeitos as relações de poder e serem desprovidos de uma origem são exercidos em diferentes espaços/tempos e fazem com que as articulações não sejam algo previsível. O resultado aponta para o desenvolvimento cada vez mais contundente em torno da aprendizagem significativa e da responsabilização dos professores pelas mudanças educacionais necessárias ao nosso tempo.

Palavras-chave: Redes políticas, políticas curriculares, discurso, etnografia de redes.

Introdução

A política educacional e curricular nos últimos anos enfrentou mudanças a partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Apesar das instituições filantrópicas e privadas darem demasiada importância a BNCC, neste trabalho focamos nos seus discursos que não passam por uma política específica, mas constituem rastros de um projeto de currículo mais abrangente. Como pesquisadores e professores presenciamos uma reiterada tentativa de firmar a BNCC como um projeto positivo para solucionar os problemas de qualidade da educação, que no ponto de vista de muitas instituições passa pela efetiva aprendizagem dos alunos. A ideia de que os alunos não aprendem está relacionada aos índices no Pisa e Ideb, considerados insatisfatórios por alguns atores sociais (AVELAR, 2016).

Os estudos de Stephen Ball (2014), Avelar e Ball (2017) já demonstraram em diferentes momentos que o neoliberalismo passou por reconfigurações alterando as formas de governança que são desencadeadas pela permeabilidade entre as fronteiras do público e do privado. Os novos modos de fazer política é um fenômeno que vem acontecendo nos últimos tempos em diversos países e pode também ser identificado no Brasil, como autores já fizeram: Tarlau e Moeller (2019); Araujo e Lopes (2021); Shiroma (2020). Essa identificação ocorre por meio das redes políticas que os autores identificaram pelo aporte teórico-metodológico da etnografia de redes.

Nesse trabalho articulamos as tendências nas políticas curriculares e também nos esforçamos para entender como podemos lidar com essa vontade das instituições filantrópicas e privadas em servir ao público. O objetivo deste trabalho é aprofundar os estudos com redes políticas e identificar quais discursos tem sido disseminados, ganhando força de verdade, como pontuado por Foucault (1999) e promovendo o consenso na política como destaca Mouffe (2015), nos últimos tempos.

O fundamento teórico que percorremos visa uma articulação entre as redes políticas e as teorias curriculares que identificam o currículo enquanto texto (MACEDO, LOPES, 2011) constantemente em disputa, a depender das articulações entre atores sociais. As instituições filantrópicas e privadas, atuam nessas articulações e visam interferir nos contextos.

Ao identificamos o discurso da aprendizagem como preponderante nos últimos tempos também vemos que não é possível significar a escola como desenvolvendo práticas que não proporcionam a aprendizagem, mas sim que a aprendizagem passa por dimensões que nem sempre as avaliações são capazes de dimensionar/compreender.

Assim, o argumento defendido é de que as redes políticas articuladas pelas instituições que identificamos, entre elas: Fundação Lemann, Itaú Social, Movimento Colabora e Fundação Getúlio Vargas (FGV), produzem discursos que legitimam e dão subsídio para que a política curricular seja interpretada como um consenso em relação à aprendizagem.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir de documentos oficiais disponibilizados entre (2017 e 2022) pelo Governo Federal em relação a política educacional e curricular. Esses documentos foram acessados principalmente na página oficial do Ministério da Educação [\[1\]](#) e materiais disponibilizados pelas instituições filantrópicas e privadas.

A etnografia de redes (BALL, 2014) propõe que visitemos os materiais produzidos, eventos, notícias, entrevistas, entre outros materiais que sirvam para identificar o posicionamento e os parceiros das instituições que constituem a pesquisa. O critério para seleção foram aquelas que produziram materiais em relação as políticas curriculares presentes.

Análise e discussão de resultados

O acesso as páginas das principais instituições já identificadas em outras pesquisas (MACEDO, 2014); (ARAUJO, 2022); (SHIROMA, 2020); (AVELAR; BALL, 2017), proporcionaram que pudéssemos começar a pesquisa identificando quem ainda exercia um poder de influência e investia em materiais para discussão das políticas curriculares brasileiras (ou não) no período de 2017 a 2022. As redes foram estabelecendo sentidos à medida que os documentos e eventos mencionavam seus parceiros.

As instituições que mais se sobressaíram foram a Fundação Lemann, Movimento Colabora, Itaú Social e FGV. A Fundação Lemann, por exemplo, já foi amplamente discutida e mencionada, entretanto, o Movimento Colabora que também exerceu um poder de influência significativo foi pouco mencionado em pesquisas anteriores. A FGV apenas uma vez foi identificada em quanto uma instituição ativa no processo de elaboração de um currículo nacional.

Após essa primeira exploração, começamos a identificar quais discursos estavam sendo mais valorizados. Identificamos o currículo único, o fracasso escolar, o sentido global de educação e a aprendizagem como uma necessidade imediata. Destacamos neste trabalho a aprendizagem porque os demais discursos corroboravam para que no fim estivessem sempre defendendo a insuficiência da aprendizagem.

As parcerias identificadas nas redes políticas afirmam a necessidade de uma política bem implementada, para tal, são oferecidos auxílios às instituições públicas. Ball (2014) ao dissertar sobre a nova filantropia afirma que os atores sociais estimam retorno em seus investimentos, querem ver

resultados mensuráveis. Esse movimento não é algo exclusivo do Brasil, mas faz parte de uma política educacional global, que propaga conceitos e linguagens reconhecíveis em várias formas, uma delas está relacionada a baixa aprendizagem. Assim, constroem o fracasso escolar diante do sucesso de outros locais.

A Fundação Getúlio Vargas representada pela professora Claudia Costin (2019) em entrevista citou esse movimento global, é a partir da reconfiguração curricular de países como Austrália, Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido, que o Brasil também caminha na mesma direção ao implementar a BNCC, por exemplo.

As redes políticas adensaram seu movimento após 2018, período que a BNCC foi homologada, isso não significa que elas não existiam antes, mas que a BNCC foi um motivo para que elas intensificassem suas proposições para educação. A FGV, por exemplo, que criou alguns eventos, em período posterior firmou parcerias com as Secretárias de Educação do estado da Bahia e a Secretária de Educação do município de Niterói. Como pode ser visualizado na notícia: “SEC firma parceria com Fundação Getulio Vargas para formação de professores na BNCC” (LEIRO; COELHO, 2019, n.p.).

A Fundação Lemann produziu, em 2019, um guia chamado “BNCC na Sala de Aula: guia de orientações para professores sobre a Base Nacional Comum Curricular” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2019), nele são citados pontos que devem convergir, entre eles: a formação de professores, os currículos, os materiais de apoio e didáticos e as avaliações. No guia há referência a uma plataforma de aprendizagem criada pelo CAEd e demais instituições.

Em artigo publicado Avelar e Ball (2017) identificaram o protagonismo da Fundação Lemann na defesa dos padrões de aprendizagem, um movimento internacional para incentivar mudanças curriculares. Os autores apresentaram o financiamento de viagens para secretários de educação a fim de obterem formação no exterior.

O Movimento Colabora presente principalmente quando a prática envolve a articulação entre o público e privado, usa de ideias que são motivo de luta como o regime de colaboração entre os estados, municípios e governo federal. A colaboração de que trata o movimento está na esfera entre o público e o privado, redimensionando a significação do que seria essa colaboração.

O Movimento Colabora investiu na publicação de diversas revistas, ao longo das edições, os temas relacionados a educação foram diversos, entretanto, todos veem o regime de colaboração como algo positivo para melhorar os índices de aprendizagem. Em 2021, o Movimento Colabora fez parceria com o Estado do Maranhão, divulgando um documento sistematizador da política para formação docente (MOVIMENTO COLABORA, 2021). No documento mencionam: “Apesar de ainda haver pontos de melhoria, como a formação inicial dos professores e os índices educacionais, o Estado buscou formular e implementar programas e ações que efetivem a colaboração no território” (MOVIMENTO COLABORA, 2021, p. 35). Como o próprio Movimento explicita a ideia é que essa parceria incentive outros estados a firmarem parcerias com as instituições privadas.

O Itaú Social como um dos atores sociais importantes nas redes políticas que identificamos participou de um estudo que direcionou para os mesmos discursos envolvendo a aprendizagem, tem por título “Excelência com equidade no Ensino Médio: a dificuldade das redes de ensino para dar um suporte efetivo às escolas” em parceria com a Fundação Lemann e o Instituto Unibanco. No estudo 100 escolas foram selecionadas, porém somente 9 foram apresentadas com detalhes. O foco estava em escolas que trabalham pelo rendimento na aprendizagem. Um dos detalhes que destacamos é que as escolas que são citadas como insuficientes em relação a aprendizagem sequer são visitadas, para identificar o contexto da escola, assim como as formas como eles desenvolvem outras aprendizagens não são valorizadas no estudo.

Essas foram algumas instituições que decidimos trazer para esse trabalho, entre muitas que constituem a complexidade das redes políticas que tentam, constantemente, constranger a políticas curricular brasileira.

Considerações finais

A política curricular é espaço de disputa porque ainda identificamos a escola como um lugar importante na vida desses alunos e que pode sim, auxiliar para que ele seja uma pessoa capaz de contribuir para que melhoremos cada dia mais enquanto nação. Nesse trabalho, há um afastamento em relação a defesa de uma aprendizagem que contribuir para exclusão do outro, para subjetivação dos alunos como aqueles que “não aprendem”. Em nenhuma publicação foi presenciado um questionamento ao que está sendo valorizado enquanto aprendizagem e mesmo, se não aprendem, o que as avaliações estimam que deveriam aprender.

Aceitando que aprendemos algo e que essa aprendizagem pode ser, por exemplo, para sermos pessoas mais humanas, podemos dimensionar o conflito e trazer ao debate qual a função social da escola. Legitimar quem pensa diferente e reconhecer a diferença como constituinte de nossa sociedade. Os discursos que destacamos muitas vezes são perversos e subjetivam o professor como responsável pelo fracasso escolar e os alunos como aqueles que não aprendem por falta de qualificação dos professores. Trazem a aprendizagem para o centro das discussões e marginalizam a função social da escola.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H. G. **A nova filantropia e a Base Nacional Comum Curricular** : a política investigada por redes. 2022. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

ARAUJO, H. G.; LOPES, A. C. Redes políticas de currículo: a atuação da Fundação Getúlio Vargas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2118297, p. 1-18, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.16.18297.067>

AVELAR, M. Entrevista com Stephen J. Ball: uma análise de sua contribuição para a pesquisa em política educacional. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [s. l.], v. 24, n. 24, p. 1-15, fev. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.24.2368>

AVELAR, M.; BALL, S. J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards. **Brazil International Journal of Educational Development**, [s. l.], v. 64, p. 64-73, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007>

BALL, S. J. **Educação Global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

COSTIN, C. Por que a educação não funciona no Brasil?. **Quero Bolsa**, 2019. 1 vídeo (32min35s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_6GRDpzJrnI&t=640s. Acesso em: 9 dez. 2019.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FUNDAÇÃO LEMANN. **BNCC na Sala de Aula**: guia de orientações para professores sobre a Base Nacional Comum Curricular. 2019. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/storage/materials/HZ8QNv07QakbmlTFFvbc0qblJEPH4mxDjvqXuIct>. Acesso em: 14 mar. 2023.

LEIRO, M.; COELHO, J. SEC firma parceria com Fundação Getúlio Vargas para formação de professores na BNCC. **Bahia Notícias**, [s. l.], 29 out. 2019. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/240871-sec-firma-parceria-com-fundacao-getulio-vargas-para-formacao-de-professores-na-bncc.html>. Acesso em: 6 mar. 2023.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, out./dez. 2014.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

MOVIMENTO COLABORA. **Resumo Executivo da Pesquisa.** Governança Multinível da Educação em Países Federativos. 2021. Disponível em: <https://movimentocolabora.org.br/website/wp-content/uploads/2021/05/ResumoExecutivo-GovernancaMultinivel.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SHIROMA, E. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [s. l.], v. 5, e2014425, p. 1-22, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.5.14425.003>

[1] Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 de abril de 2023.